

R.A. 203.377/2020

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
acompanhadas do relatório dos auditores independentes**

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
acompanhadas do relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório anual da Administração	7
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, conforme relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, datado de 30 de outubro de 2019, e apresentou ressalva referente a não contabilização da receita de remuneração do ativo financeiro (concessão) e os devidos impostos e contribuições (PIS, COIFNS, IRPJ e CSLL) diferidos nos montantes de R\$ 6.364 mil e R\$ 404 mil respectivamente, sendo os referidos valores ajustados no período findo em 31 de dezembro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 21 “Ajustes dos Exercícios Atual e Anteriores”.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2020.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas

A Administração da CAMPITIBA – Transmissora de Energia Campinas – Itatiba SPE S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos aos exercícios de 2019 e 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A CAMPITIBA – Transmissora de Energia Campinas – Itatiba SPE S.A. tem como objeto social principal a transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, consistente na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo circuito da Linha de Transmissão de 500 KV, circuito simples com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão; pelo novo setor de 440KV na Bauru composto por ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão Administrativa a ser celebrado entre a União, por intermédio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão Nº 13/2015 – ANEEL, Processo Nº 48500.003580/2015-77.

Sistema de transmissão

O sistema da CAMPITIBA integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

No âmbito interno, o ano de 2018 foi caracterizado pelo início da implantação do projeto, mediante ações de ordem administrativa e ações prioritárias visando à obtenção do licenciamento ambiental e a liberação fundiária das faixas de servidão. A Entrada em operação comercial está prevista para o primeiro semestre de 2021.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em cumprimento ao disposto da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, da ANEEL, apresentamos a seguir o balanço patrimonial e resultados regulatórios.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.734	1.797
Impostos a recuperar	5	5	-
Despesas antecipadas	6	121	120
Ativo contratual da concessão	8	3.829	-
		28.689	1.917
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas LP	6	150	280
Cauções depósitos judiciais	7	5.098	-
Ativo contratual da concessão	8	97.312	16.360
		102.560	16.640
-			
Total do ativo		131.249	18.557
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	9.992	3.709
Debêntures	10	3.038	-
Obrigações sociais e trabalhistas	11	-	118
Obrigações tributárias	12	324	17
		13.354	3.844
Não circulante			
Debêntures	10	58.583	-
Partes relacionadas	13	-	14.611
Provisões para litígios	14	7.769	-
Impostos e contribuições diferidos	15	6.743	-
		73.095	14.611
Patrimônio líquido	16		
Capital social		20.923	100
Reserva de lucros a realizar		23.877	2
		44.800	102
Total do passivo e patrimônio líquido		131.249	18.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações de Resultado Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	17	74.872	890
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	18	(52.675)	(886)
Lucro bruto		22.197	4
(Despesas)/receitas operacionais Gerais e administrativas		(769)	-
		(769)	-
Resultado operacional		21.428	4
Resultado financeiro, líquido			
Receitas Financeiras		500	2
Despesas financeiras		(1.203)	(4)
	19	(703)	(2)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		20.725	2
IRPJ e CSLL corrente		(15)	-
IRPJ e CSLL diferido	21.1	(2.371)	-
Lucro líquido do período/exercício		18.339	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações de Resultados Abrangentes Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do período/exercício	<u>18.339</u>	<u>2</u>
Lucro líquido do período/exercício	<u><u>18.339</u></u>	<u><u>2</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100	-	-	-	-	100
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	2	2
Destinação do lucro do exercício						
Reserva de lucro a realizar	-	-	-	2	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100	-	-	2	-	102
Aumento de Capital	20.823	(20.823)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.823	-	-	-	20.823
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	5.536	5.536
Lucro do exercício	-	-	-	-	18.339	18.339
Destinação do lucro acumulado						
Reserva de lucro a realizar	-	-	-	23.875	(23.875)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.923	-	-	23.877	-	44.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	18.339	2
Ajuste do ativo contratual	7.070	
Atualização do Ativo Contratual	(5.337)	-
Margem de construção do Ativo Contratual	(26.768)	-
Pis e Cofins corrente e diferido	(856)	-
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(678)	-
	<u>(8.230)</u>	<u>2</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos		
Ativo contratual da concessão	-	(14.679)
Impostos a recuperar	(5)	-
Despesas antecipadas	128	119
Cauções e depósitos judiciais	(5.098)	-
Outros créditos	-	2.070
	<u>(4.975)</u>	<u>(12.490)</u>
Aumento/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	6.283	3.709
Partes relacionadas	(14.611)	9.757
Obrigações sociais e trabalhistas	(118)	25
Obrigações tributárias	307	-
Impostos e contribuições diferidos	6.743	-
Provisões para litígios	7.769	-
	<u>6.373</u>	<u>13.491</u>
Caixa líquido (consumido)/gerado em atividades operacionais	<u>(6.832)</u>	<u>1.001</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo contratual da concessão	(52.675)	-
Caixa líquido (consumido) em atividades de investimentos	<u>(52.675)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	20.823	-
Debêntures	61.621	-
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	<u>82.444</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>22.937</u>	<u>1.001</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.797	796
Caixa e equivalentes no fim do exercício	24.734	1.797
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>22.937</u>	<u>1.001</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.1. Da concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 13/2015 ANEEL, processo N° 48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba deverá disponibilizar as instalações de transmissão para início das operações em 27 de junho de 2021, conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de R\$ 91.795.000. A RAP - Receita Anual Permitida foi determinada em R\$17.329.867 (valor original) ao ano na data do leilão, com recebimento em cotas mensais.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

A RAP - Receita Anual Permitida é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial. A Companhia considera o início de recebimento da RAP - Receita Anual Permitida a partir de julho de 2021.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pela Diretoria em 13/03/2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações financeiras, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

Ativo de Concessão - contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP - Receita Anual Permitida, que é a contra-prestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

3.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo contratual para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no Balanço Patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido serão calculados com base no regime do lucro presumido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente.

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Atualmente, como a Companhia encontra-se em fase de construção, possui em seus registros apenas a receita de construção, a qual se refere aos Serviços de implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e de atualização do ativo contratual.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP - Receita Anual Permitida, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações, por

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

empregados.

Normas e interpretações novas e revisadas

a) Norma emitida, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil:** Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. A companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não há impactos significativos nas demonstrações contábeis.
- **ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda:** essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção da norma e concluiu que não há divulgações adicionais a aquelas já apresentadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras	24.734	1.797
	<u>24.734</u>	<u>1.797</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2019, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, os fundos de renda fixa remunerados a taxas de 101% do certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em 2018, o montante refere-se a uma aplicação automática.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda retido na fonte	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>5</u>	<u>-</u>

Essa conta destina-se a registrar o IRRF (Imposto de renda retido na fonte) nas operações previstas na legislação e que será recuperado mediante compensação com o imposto de renda quando da apresentação da Declaração de Rendimentos ou de outra forma.

6. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas antecipadas	<u>271</u>	<u>400</u>
	<u>271</u>	<u>400</u>
Circulante	121	120
Não circulante	150	280

Destina-se a registrar as despesas pagas antecipadamente como seguro garantia, contra Incêndio e IPTU. A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, decorrente do Leilão para garantia de fiel cumprimento.

7. Depósitos judiciais e cauções

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos judiciais - desapropriações	<u>5.098</u>	<u>-</u>
	<u>5.098</u>	<u>-</u>

Os depósitos efetuados pela Companhia, representam o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões.

8. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

- Parte por meio da RAP - Receita Anual Permitida recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 2019 e 2018:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos iniciais	16.360	1.682
Adições (custo de construção)	52.675	14.678
Juros e atualização financeira	5.338	-
Margem de construção	26.768	-
Saldos finais	<u>101.141</u>	<u>16.360</u>
WACC	0,82% a.m.	-
Margem de construção	28,65%	-
Circulante	3.829	-
Não Circulante	97.312	16.360
	<u>101.141</u>	<u>16.360</u>

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC (Weighted Average Cost Capital) conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP - Receita Anual Permitida ; Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP - Receita Anual Permitida e no custo de operação e manutenção.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

9. Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais e serviços	9.992	3.709
	<u>9.992</u>	<u>3.709</u>

Registro de fornecedores ligados à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica.

10. Debêntures

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Emissão de debentures 18/09/2019	-	60.765	60.765
Juros sobre debêntures	-	1.536	1.536
Variação monetária sobre debêntures	-	851	851
Custos	-	(1.553)	(1.553)
Apropriação de custos	-	22	22
Transferência entre CP e LP	3.038	(3.038)	-
	<u>3.038</u>	<u>58.583</u>	<u>61.621</u>

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”);

No dia 04 de outubro de 2019, RESOLVEM as Partes, por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures.

Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

(iii) Emissões

Em 18 de setembro de 2019, houve emissão de 70.000 (setenta mil) Debentures da 1º série e 20.000 (vinte mil) Debentures da 2º série, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo um total de 90.000 (noventa mil) Debentures, a um valor correspondente de R\$ 90.000.000.

As Debentures são simples, ou seja, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

As Debentures da Primeira Série terão prazo de vencimento de vinte (vinte) anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2039. As Debentures de 2º emissão terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos e 6 (seis) meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de março de 2040.

O saldo é corrigido e apropriado mensalmente na contabilidade a partir da data de emissão, pela variação percentual acumulada do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e juros de 9% (nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a data de emissão, conforme Escritura de Emissão de Debentures.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e ordenados	-	25
Férias e encargos	-	78
IRRF empregados a recolher	-	15
	<u>-</u>	<u>118</u>

12. Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
Retenções federais de fornecedores	187	17
ISS a recolher	125	-
Outros impostos	12	-
	<u>324</u>	<u>17</u>

13. Partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
F3C-Empreendimentos e Participações S.A.	-	14.611
	<u>-</u>	<u>14.611</u>

Refere-se ao montante que fora homologado e destinado para aumento do capital da Companhia conforme NE 15.2-AFAC- Adiantamento para futuro aumento de capital.

14. Provisões para litígios

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para contingências em servidões	7.769	-
	<u>7.769</u>	<u>-</u>

A Companhia é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas.

15. Tributos diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Pis diferido (a)	659	-
Cofins diferido (a)	3.035	-
Imposto de renda - IRPJ diferido (b)	1.956	-
Contribuição social - CSLL diferido (b)	1.093	-
	<u>6.743</u>	<u>-</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

- (a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.
- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

A Companhia adotou o regime de lucro real presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social:

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019		
	Quantidade de ações	R\$	% do capital social
F3C Empreendimentos e Participações S.A.	99	20.921	99,99%
Arcanjo Gonzalez	1	2	0,01%
	<u>100.000</u>	<u>20.923</u>	<u>100%</u>

16.2. AFAC

No dia 16 de dezembro de 2019, através da AGE - Assembleia Geral Extraordinária e por meio de deliberação foi aprovado o aumento do capital social, por meio da transferência do saldo existente na conta de AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para o montante de R\$ 20.923.

16.3. Reserva de lucros a realizar

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

16.4. Lucros acumulados

Em função da adoção do CPC 47, o contrato de concessão passou a ser registrado como ativo contratual. O efeito da atualização referente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foi ajustado no saldo inicial de 2019, na rubrica de “Lucros Acumulados” mencionado na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	73.182	890
Receita de atualização do ativo contratual	4.528	-
Receita Bruta	77.710	890
(-) Deduções	(2.838)	-
Receita Operacional Líquida	74.872	890

18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>
	<u>Custo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Custo de construção	(52.675)	-	(52.675)	(886)
Pessoal	-	(460)	(460)	-
Serviços de terceiros	-	(189)	(189)	-
Seguros	-	(1)	(1)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	(106)	(106)	-
Tributos	-	(13)	(13)	-
	(52.675)	(769)	(53.444)	(886)

19. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	10	2
Variações monetárias	418	-
Outras receitas financeiras	72	-
	500	2
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(1.203)	(4)
	(1.203)	(4)
	(703)	(2)

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

20. Instrumentos financeiros

20.1 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo através do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	24.734	1.797
Ativo contratual	-	101.141	16.360
Passivos financeiros			
<u>Custo Amortizado</u>			
Fornecedores	-	9.992	3.709

21. Ajustes dos exercícios atual e anteriores

21.1 Receita de atualização do ativo contratual

Com a adoção do CPC 47, o contrato de concessão passou a ser registrado como ativo contratual. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa de juros utilizada, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A seguir demonstraremos o efeito da atualização contratual, segregada por exercício:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>	<u>2019</u>
Receita					
Remuneração do Ativo contratual	12	50	747	809	4.528
Receita de construção	122	521	5.618	6.261	20.507
	<u>134</u>	<u>571</u>	<u>6.365</u>	<u>7.070</u>	(a) <u>25.035</u> (b)

(a) O efeito da atualização referente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foi ajustado no saldo inicial de 2019, na rubrica de “Lucros Acumulados” mencionado na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(b) O efeito da atualização referente ao exercício de 2019 foi ajustado diretamente nas contas de resultado, nas rubricas “Receita de construção” e “Remuneração dos ativos da concessão”.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

21.1 Tributos diferidos

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>	<u>2019</u>
Impostos e contribuições					
IRPJ diferido	5	23	397	425	1.531
CSLL diferido	5	21	227	253	840
	<u>10</u>	<u>44</u>	<u>624</u>	<u>678</u>	<u>2.371</u>
Pis diferido	3	13	137	153	506
Cofins diferido	14	58	631	703	2.332
	<u>17</u>	<u>71</u>	<u>768</u>	<u>856</u>	<u>2.838</u>
	<u>27</u>	<u>115</u>	<u>1.392</u>	<u>1.534</u>	(c) <u>5.209</u> (d)

(c) Os saldos do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O efeito dos cálculos referente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foram registrados no início de 2019 na rubrica “Lucros Acumulados” mencionado na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

(d) Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 são reconhecidos por competência. O efeito dos cálculos referente ao exercício de 2019 foi registrado diretamente nas contas de resultado. São oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia e de Incêndio, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2019 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

	DESCRIÇÃO DA GARANTIA
Seguradora:	Tokio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	nº 061902016820707750006599
Tipo:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R\$ 8.083.600,00
Valor do prêmio*:	R\$ 697.625,75
Período de vigência:	23/06/2016 a 24/03/2022